

A evolução sócio-política dos negros na história do Brasil e a democracia racial.

Rita de Cássia Alves Benevides ¹	Rita Claudia Benevides de Abreu ²	Sergio Abreu ³	João Roberto A. B. Seabra de Lemos ⁴
ricaalben@ig.com.br ¹	pytheo20002@hotmail.com ²	Sergio.abreu@ig.com.br ³	lemoseabra@ig.com.br ⁴
1- Sociedade Unificada de Ensino Superior e Cultura (SUESC) – Faculdade Brasileira de Ciências Jurídicas – Rio de Janeiro , RJ , Brasil.			
2- Universidade Gama Filho – UGF - Pós – graduação UGF – Rio de Janeiro, RJ, Brasil.			
3- Mestre pela PUC-Rio e Doutorando pela Gama Filho, Rio de Janeiro, Rj, Brasil.			
4- Faculdade Mercúrio – FAMERC – Curso de Administração de Empresas – Rio de Janeiro , RJ , Brasil.			

- Formatado
- Formatado
- Formatado
- Formatado
- Formatado
- Código de campo alterado
- Formatado
- Formatado
- Formatado
- Formatado
- Formatado

Excluído: ¶

RESUMO

O artigo visa analisar a importância dos afro-brasileiros no cenário político, no século XX. Um outro aspecto abordado é a problemática dos direitos políticos e civis que será enfrentado atentando para os critérios de interdisciplinaridade indispensáveis a temática. Na primeira parte será levado em conta o escorço histórico dos afro-descendentes no Brasil e o legado do colonialismo e do escravismo causadores das disparidades sociais. A segunda parte do artigo será a análise das condições político e sociais dos afro-brasileiros a partir do documento apresentado pelo relator especial das Nações Unidas, reflexo da Conferência de Durban sobre Racismo, discriminação, xenofobia e outras formas correlatas de intolerância.

Excluído: a história brasileira

Palavras-chave: escravos, abolição, política, democracia racial e ações afirmativas.

Excluído:

Excluído: ¶

1. Introdução.

Os efeitos da diáspora negra fruto do colonialismo e do escravismo trouxeram em seu bojo a construção “científica do racismo” num período denominado cientificismo, próprio do iluminismo. Esse contexto justificou a escravidão como forma de acumulação de riquezas na formação do liberalismo. A teoria do laissez-faire, laissez-passer, a mão invisível do mercado, foi responsável naquele período pela desumanização das relações econômico-sociais, espoliando segmentos étnico-raciais. O resultado da hierarquização racial marcou o Brasil como a mais longa história de escravidão, 358 anos, sendo o último país a abolir a escravidão, sendo mais de dois terços de nossa história escrita sob a pena do trabalho escravo.

Excluído: “Cada um sabe a dor e a delícia de ser o que é”.¶
Caetano Veloso

Formatado

Formatados: Marcadores e numeração

Excluído:

Excluído: .

Hoje, falar de disparidades étnico-raciais e concentração racial da riqueza é temas que na maioria dos auditórios – CHAÏM PERELMAN. A sociedade brasileira ao contrário de outras sociedades ainda sofre muito para inventariar o legado deixado por tão longo período de escravidão.

Excluído: são

Excluído: – provocam reações e incômodos como arranhar unhas em lousa ou colocar água fria em nervo exposto.

As questões da construção da cidadania dos afro-brasileiros têm início na primeira organização de resistência a escravidão. Negligenciar a importância dos movimentos emancipatórios e acreditar que a história do negro na política se deu somente a partir do direito de sufragar – direito de votar e ser votado – é reduzir a política a um plano formal o

Excluído: com uma população negra que representa mais da metade da população brasileira e a segunda maior população negra no mundo, agravada pelos maiores indicadores sociais de desigualdades.

que não representa o sentido lato de participação política. Por essa razão, se faz necessária à narrativa do processo político do negro até a construção da categoria afro-brasileira.

As condições históricas da inserção do negro na sociedade brasileira são elementos facilitadores do controle e exclusão política. Foram jogados no seio de uma sociedade fundada em bases secularmente racistas. Libertos, foram preteridos do mercado formal de trabalho em nome de um projeto de branqueamento e de construções pseudo-acadêmicas etnocentristas tendo como construção apoteótica dessas teorias a chamada “democracia racial”. Considerando o quadro econômico social e cultural, o negro foi excluído da política brasileira em todos os períodos da história brasileira. Foram sempre coadjuvantes da história política e protagonistas como força de trabalho operário.

Excluído: ¶

Excluído: racista

Excluído:

Formatados: Marcadores e numeração

2. A Abolição da Escravatura e a Luta pela incorporação dos Negros à Cidadania.

A escravatura foi instituída oficialmente no Brasil, por volta de 1530, com incentivo fiscal e coerente com a escravidão, a coroa portuguesa continuou a regular o tráfico, empreendeu as conquistas militares necessárias à África para o fornecimento da mercadoria ao mercado escravista, concedeu monopólios e privilégios aos traficantes e, após a abolição do tráfico transatlântico em 1850, facilitou nacionalidade portuguesa aos mesmos traficantes brasileiros estabelecidos na Costa d'África e outorgou a alguns deles títulos de nobreza.

O Estado Imperial brasileiro reafirmou a escravidão e excluiu o brasileiro negro da formação do Estado Nacional. Os princípios universais consagrados no centro político do mundo não tinham o sentido de totalidade-inclusiva, mas apenas a afirmação de garantias liberal-burguesas e excludentes. Rejeitou igualmente o projeto de abolição apresentado por José Bonifácio em 1823 e até a abolição em final de 1888 o Império legislou sobre a escravidão.

Disciplinou juridicamente a relação entre senhor e escravo para assegurar o uso "racional" da mão de obra, negociou e iludiu os ingleses para adiar a extinção do tráfico negreiro e retardou ao máximo a abolição da escravidão no Brasil e ao mesmo tempo aperfeiçoou os mecanismos internos de produção escravista, preparando inclusive as condições de subalternidade para o período pós-abolicionista e para esse fim instituiu a idéia de gratidão, gerando relações obrigatoriais do ex-escravo para com o ex-senhor. Tanto era pública a escravidão que foi extinta por ato público. A escravidão servia a lógica do capital da época e era institucionalizada juridicamente, por essa razão foi extinta por lei.

Excluído: . ao reprimir todas as lutas de resistência à opressão - revoltas negras, populares.

Excluído: ¶

Formatado

Excluído: . ¶
Ao

Formatado

Excluído: .

A tão sonhada liberdade não foi bem o esperado, pela impossibilidade de acesso à sua terra, sonho este também compartilhado pela autora da libertação dos escravos, conforme carta da própria endereçada ao visconde de Santa Victória (LEAL: 2006), o que de fato se deu foi à substituição antigo senhor pelo coronel proprietário, já para os negros urbanos o quadro era bem diferente, pois sendo a grande maioria a muito liberta, o seu trabalho era onerado por uma série de encargos e obrigações que os mantinha atrelados aos seus antigos senhores e o fim da escravidão era uma possibilidade de recomeço com muitas dificuldades, ou até mesmo impossibilidade, de busca de outras relações. E algumas famílias, apoiadas pela Sociedade Protetora dos Desvalidos, embarcaram de volta para a África, para constituírem no Togo, no Benin e na Nigéria as comunidades de negros brasileiros, foram chamados de Agudá. Porém para a grande maioria que ficou, a liberdade do Treze de Maio não foi seguida de qualquer regulamentação do trabalho livre, e houve somente uma tentativa particular de um advogado que foi à criação da Sociedade Treze de Maio com o objetivo de intermediar contratos de trabalho entre ex-escravos e novos patrões, no entanto, essa tentativa de estabelecer relações trabalhistas falhou e continuaram os favores, as obrigações e o clientelismo.

Excluído: transformou-se em grande desilusão, pois já havia passado quase cem anos que os Alfiates definiram a liberdade como: “A liberdade consiste no estado feliz, no estado livre no abatimento: a liberdade é a doçura da vida, o descanso do homem com igual paralelo de uns para outros, finalmente a Liberdade é o repouso, e bem-aventurança do mundo”. Sabiam os libertos que essa liberdade só poderia ser alcançada fora dos antigos lugares de servidão e muitos foram os que saíram dos engenhos e fazendas para buscarem a liberdade na pesca, outros para seguirem o Conselheiro, houve também os que se embrenharam nas matas para constituírem os novos quilombos. E para todos os eles, o preço da liberdade era a miséria. E a maioria negra rural tinha seus sonhos tolhidos, pe

Excluído: s

O grande movimento abolicionista que havia congregado pessoas de todas as classes pela libertação dos escravos, após a abolição tomou uma direção, que em certa medida frustrou a expectativa da grande massa de recém libertos. No dia seguinte à abolição, as

organizações desse movimento abolicionista, as sociedades e clubes foram dissolvidas, pois afinal todos os problemas estavam “resolvidos”. Dizia-se então que se extinguiu a razão de ser destas organizações pela abolição total e definitiva da escravidão. A imprensa local chegou a noticiar o dilema de algumas dessas associações que não sabiam o destino a dar aos fundos arrecadados para a emancipação de escravos. Os antigos aliados viraram as costas aos ex-patrocinados. A população negra descobriu que o abolicionismo era contra o instituto da escravidão, mas não era a favor dos negros, o racismo a muito fazia parte desta sociedade.

Tabela 1 - Leis e Convenções mais Importantes sobre a Escravidão e o Abolicionismo no Brasil, no Século XIX.

Formatados: Marcadores e numeração

Tratado de Aliança e Amizade (1810)	Portugal e Inglaterra	- abolição gradual do trabalho escravo
		- limitação do tráfico negreiro
Alvará de 24 de Novembro de 1813	Lei interna	- regulou a capacidade interna dos navios empregados no tráfico de escravos
Convenção de 22 de Janeiro de 1815	Portugal e Inglaterra	- cessamento do tráfico de escravos ao norte da linha do equador
		- consentimento Português em delinear com a Inglaterra um futuro tratado para a abolição total
Tratado de 28 de Julho de 1817	Portugal e Inglaterra	- complementar a convenção de Viena
		- Portugal consente que Inglaterra fiscalize a área de tráfico ilegal
		- concedia direitos aos ingleses de visita e busca em navios suspeitos de tráfico ilícito
Lei de 20 de Outubro de 1823	Lei interna	- criou os Conselhos Provinciais e o cargo de presidente de Província
Carta de Lei de 23 de Novembro de 1823	Lei interna	- estabeleceu o prazo de três anos para o encerramento do tráfico de escravos, a contar de 1827
Lei de 7 de Novembro de 1831	Lei interna	- proibiu o tráfico de escravos para o Brasil, considerando livre todos os negros trazidos para o Brasil a partir daquela data.
Lei Nº 4, de 10 de Junho de 1835	Lei interna	Punia inclusive com a pena de morte o escravo que matasse, ferisse ou cometesse qualquer ofensa física contra o seu senhor
Bill Aberdeen, 8 de Agosto de 1845	Lei inglesa	- considerou tráfico pirataria
		- autorizou a Marinha britânica a capturar os navios transgressores.
Lei de 4 de Setembro de 1850 (Lei Eusébio de Queiroz)	Lei interna	- determinou a extinção do tráfico de escravos para o Brasil, prevendo punição para os infratores.
Decreto Nº 731, de 5 de Junho de 1854	Lei interna	- ampliava a competência para julgamento dos auditores da Marinha e determinava a punição, processo e julgamento do cidadão brasileiro ou estrangeiro envolvido em tráfico negreiro.
Lei 2.040, de Setembro de 1871 (Lei Rio Branco ou Lei do Ventre-Livre)	Lei interna	- declarou livre os filhos de escravo nascido a partir daquela data
Lei Provincial, de 25 de Março de 1884	Lei interna	- o presidente do Ceará, Sátrio Dias, declara extinta a escravidão na província
Lei 3.270, de 28 de Outubro de 1885 (Lei Saraiva-Cotegipe ou Lei dos Sexagenários)	Lei interna	- regulamenta a extinção gradual do elemento servil, libertando os escravos com mais de 60 anos

Lei 3.310, de 15 de Outubro de 1886	Lei interna	– aboliu a pena de açoites de escravos, ao revogar o art. 6º do Código Criminal e a Lei nº 4, de 10 de junho de 1835.
Lei ° 3.353, de Treze de Maio de 1888 (Lei Áurea)	Lei interna	- declarou extinta a escravidão em todo o país.

Apesar desse lapso de tempo de 78 anos entre a intenção e a ação de abolir os escravos no Brasil, nada foi feito para a integrar esses cidadão a sua nova condição e o que é pior foi preparado para que mesmo liberto mantivesse um vínculo de gratidão com os seus algozes, aqueles que os mantiveram cativos explorando seu trabalho para enriquecerem, e o fundo de emancipação (1871) criado pelo governo imperial e de responsabilidade dos proprietários de escravos, destinado á educação dos filhos dos libertos, pouco havia sido empregue, veio em 1889 à república e um ministério para Rui Barbosa em 1891, mas permaneceu a inexistência de políticas públicas em relação aos libertos. Tomando consciência que estavam marcados na mente, no corpo e na alma alguns negros resolveram lutar por autonomia, moradias, salários e terras, tendo que empreender uma luta política solitária, enfrentando truculência para reafirmar direitos, interesses e desejos redefinidos em termos éticos, culturais e sociais. Enquanto a república e a monarquia se era discutida o Conde d’Eu conspirava para instalação do terceiro reinado. Os liberto apelidados de “os treze de maio”, procuravam redefinir suas vidas, foram considerados personagens de uma nova disputa política, com a organização da Guarda Negra ganhou renovada visibilidade, e as ruas e os jornais transformaram-se em palcos de confrontos de idéias.

Excluído:

3. A Guarda Negra.

Sem aliados, os negros tentam sua primeira experiência política autônoma logo após a abolição. Os fantasmas do caos e da desordem econômica rondavam a população brasileira, o tema da abolição dominava as mentes de todos, e foi criada a Guarda Negra no Rio de Janeiro, um movimento político de apoio à princesa Isabel, e de apoio ao Terceiro Reinado. Os jornais noticiavam os debates entre negros da guarda e negros republicanos, e houve vários conflitos, entre libertos e propagandista republicanos, capitalizados pelo cenário político da época, os negros republicanos identificavam a monarquia com a escravidão. A guarda negra produziu diversos episódios de repercussões em outras partes do Império. Uma vez vitoriosa a República em 1889, a Guarda Negra foi suprimida e os seus líderes mais ativos banidos para a Amazônia, como foi o caso do baiano Manuel Benício dos Santos, conhecido como “Macaco Beleza”.

Os antigos beneficiários e admiradores da escravidão, ao invés de rejubilarem-se com a inexistência de vinganças ou violências após a abolição, construíram solidamente uma antipatia pelos "treze de maio", e o povo brasileiro negro e mestiço em sua grande maioria, foi punido por ter acesso à liberdade e considerado incapaz para a construção de um Brasil modernizado. Enquanto isso, o mundo se transformava e, em consequência, também o Brasil. Marx, em carta a Engels, datada de 8 de outubro de 1858, dizia que: “A verdadeira missão da sociedade burguesa é criar o mercado mundial, pelo menos em suas grandes linhas, assim como uma produção condicionada pelo mercado mundial. Como a terra é redonda, essa missão parece acabada com a colonização da Califórnia e da Austrália, assim como a abertura do Japão e da China. Para nós, a questão difícil é esta: sobre o continente europeu, a revolução é iminente e ela toma um caráter socialista, mas não será ela abafada nesse pequeno canto, já que, sobre um terreno muito mais vasto, o movimento da sociedade burguesa é ainda ascendente?” (MARX & ENGELS, 1973).

A crise européia parecia sem saída, conforme testemunha Eça de Queiroz em artigo de

Formatados: Marcadores e numeração

1888: "Não sei o que aí se passa nessa viçosa América. Mas aqui neste ressequido continente, há já mais de dois anos, aqueles que se distinguem por conhecer as coisas das nações recomoçam a inquietar-se e a gritar sombriamente: a situação da Europa é medonha. Sob as crises que a sacodem, já a máquina se desconjunta. Nada pode suste o incomparável desastre. Este fim de século é um fim de mundo!" (QUEIROZ, apud Machado, 1999).

Mas a crise, que parecia sem saída, encontra uma válvula de escape no movimento imigratório, como constata o próprio Eça de Queiroz: "Para o proletariado a emigração é a solução material da miséria, para o Estado é o remédio do pauperismo! Poucos governos há, com efeito, na Europa, que não se tenham valido da emigração como um paliativo, indireto, mas eficaz, à densidade de população, aos acréscimos da miséria, às crises industriais" (idem, *ibid.*, p. 31).

Assim, uma onda migratória se desloca da Europa para o Brasil, proveniente de diversos países, com destaque para a Itália, e os negros foram relegados à miséria, e uma sub condição de vida se instala de norte a sul do Brasil para os recém libertos que sem instrução ou qualificação profissional tem que se tornar responsáveis por si e essa situação persiste até os dias de hoje na sociedade como um mecanismo perverso de discriminação dos descendentes dos africanos no Brasil.

Excluído: falta de formação e desqualificação

Formatados: Marcadores e numeração

4. A Imprensa Negra

A luta política pela igualdade de direitos foi incrementada na imprensa e "o ano de 1945, foi muito produtivo, na realização de congressos e convenções de partidos políticos. Mas, também, houve reuniões, congressos e convenções da raça negra. Bem ou mal intencionados, os líderes negros de São Paulo movimentaram-se, fazendo reviver a luta que os nossos antepassados iniciaram com a campanha da Abolição" (LOBATO, 1946).

Reações como esta era comum na imprensa da época – aquela feita pelos negros – dando conta não apenas da grande mobilização das organizações negras, como também da entrada de um número expressivo de negros nas universidades. "Convém destacar-se – e isso faço com satisfação – que o negro de Pôrto Alegre está sendo atacado de uma sede de elevação cultural que muito nos anima. Não é muito raro encontrar-se jovens pretos cursando as escolas superiores. E isso é indício muito significativo, uma recomendação para os negros da cidade. (FRAGA, 1949)."

Moura aponta que a partir de 1945 ocorre um Renascimento Negro (MOURA, 1989) com o surgimento de grupos de discussão e ação contra a discriminação racial e o racismo. Lutavam também pelo "alevntamento moral da gente negra" que pode ser traduzido como medidas que objetivavam a ascensão social e à destruição do mito de inferioridade racial (fruto das teorias racistas do século anterior e que continuavam a permear o imaginário nacional). Entretanto para Andrews, o que houve foi uma renovação do movimento, já que apesar do banimento da Frente Negra (nos anos 30), os clubes sociais e associações cívicas continuaram a se organizar.

A Associação José do Patrocínio (São Paulo), por exemplo, teria apresentado, em 1941, ao presidente Getulio Vargas, uma documentação solicitando a proibição dos anúncios discriminatórios contra os trabalhadores negros. Seu pedido foi atendido quatorze meses mais tarde (ANDREWS, 1991). Desta forma, ancoradas na esteira da democratização por que passava o país, aquelas novas organizações negras tinham como objetivo principal cuidar da "redefinição e implantação definitiva das reivindicações da comunidade negra" (GONZALES, 1982:24). Havia um sentimento de euforia e realização coletiva expandida pelo território nacional e estas citações nos auxilia a entender que o ambiente cultural propiciado pela nova democracia, aliado à insatisfação diante das barreiras raciais impostas aos negros, principalmente no mercado de trabalho (HUNTLEY E GUIMARÃES, 2000), deram

oportunidade à realização de eventos que davam visibilidade a uma luta que começará nos séculos anteriores. Assim, no ano de 1945 (10 a 12 de novembro) marcaram a realização da Convenção Nacional do Negro, em São Paulo (ANDREWS, 1971), que tinha por objetivo preparar uma plataforma de ação para a constituinte que se avizinhava, lançando um manifesto à nação.

A esse respeito, noticiava a revista *Senzala* que teriam estado presentes participantes oriundos do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul, Arnaldo de Oliveira Camargo, um dos palestrantes daquela convenção, escreveu dois meses depois uma coluna que pretendia ser uma síntese dos debates ocorridos naquele encontro. O autor aludia à formação mestiça do povo brasileiro mencionando as três raças formadoras. Prossegue com a reiteração de que tal formação, aliada à democracia que norteava o país, seria incompatível com as "restrições que elementos reacionários e com mentalidade nazi-fascista querem impingir ao nosso povo". Camargo – igualmente a muitos articulistas negros da época – atribuiria à educação e ao aspecto econômico, "o problema do negro brasileiro", causado pela escravidão e pela ausência de solidariedade, daqueles que alçaram galgar maior ascensão social para com os que não o conseguiram. A partir daí o autor clama por uma maior união entre os afro-brasileiros. Igualmente, naquele momento de abertura política, a cidade de São Paulo via ser criada a Cruzada Social e Cultural do Preto Brasileiro, o Centro de Cultura Luiz Gama e a Frente Negra Trabalhista. Outra organização fundada naquele período foi a Associação do Negro Brasileiro (ANB), uma das estudadas por FERNANDES (1971) no projeto Unesco e por ANDREWS (1991). Também em São Paulo foram criados vários jornais, dentre eles, o *Alvorada*, o *Niger*, o *Novo Horizonte*, o *Mundo Novo*, *A Tribuna Negra*, além da revista *Senzala* (BASTIDE, 1971; ANDREWS, 1991; HANCHARD, 1988). Muitos clubes sociais que se espalhavam pelo interior do estado se fortaleceram a partir daí. Outra iniciativa foi à fundação do Teatro Experimental do Negro (TEN) de São Paulo, por Geraldo Campos, que após conhecer Abdias Nascimento no Rio, levou-o para a capital paulista.

Dos muitos eventos ocorridos em São Paulo, poderíamos destacar aquele que a cidade de Campinas, sediou em dezembro de 1945: o Congresso Cultural e Artístico dos Negros Campineiros, promovido por dois grupos, os Ferroviários e a União Cultural Artística e Social do Negro. Sob a coordenação de Constâncio Vitorino Filho, tinha como objetivo "debater os problemas ligados à situação do negro e traçar normas de ação em prol da elevação cultural econômica, social e política do elemento afro-brasileiro" (*Senzala*:30). A independência em relação aos partidos políticos; a unificação das organizações dos negros, visando o desaparecimento de todos os preconceitos contra a comunidade negra e a ascensão cultural e econômica dos negros, fora algumas das conclusões às quais chegaram os participantes daquele conclave e a realização de eventos com ênfase no debate e na formação de uma identidade político-racial se dava com frequência, inclusive contando com a presença de personalidades da sociedade da época.

O Rio de Janeiro, por sua face cosmopolita em virtude de ser Capital Federal, transformava-se em berço de importantes organizações, entre as quais podemos citar o Grupo de Afoxé Associação Recreativa Filhos de Gandhi, o Teatro Experimental do Negro (TEN), a União dos Homens de Cor (UHC), a União Cultural dos Homens de Cor, o Teatro Popular Brasileiro (TPB), o Renascença Clube e a Orquestra Afro-Brasileira composta por dezoito músicos. Alguns advogados, médicos e artistas fundaram, em 1959, a União Cultural Brasileira dos Homens de Cor (UCBHC) na Cidade de Duque de Caxias, Baixada Fluminense. Solidificava-se naquele momento uma imprensa negra na cidade, onde os jornais *Quilombo*, *Redenção* e *Voz da Negritude* eram os principais representantes. *Quilombo*, com seu subtítulo "Vida, problemas e aspirações do negro", dirigido por Abdias Nascimento era o

combativo órgão de imprensa preocupado em analisar as conseqüências do racismo sobre a população negra. O espírito organizativo em função da arte e da conscientização racial, mais que a mera inserção na sociedade, era constante no periódico. "Trabalharemos Unidos para um Brasil melhor", este é o subtítulo do jornal Redenção, dirigido por João da Conceição, que apresentava como princípio à formação educacional do negro a fim de prepará-lo para alçar uma posição superior na hierarquia social.

Excluído: a

O terceiro periódico, A Voz da Negritude, era o jornal da UHC de Niterói. A UHC que no Rio de Janeiro tinha por líder a José Pompílio da Hora, circulava por pelo menos onze estados. Uma outra forma de organização foi a criação de clubes sociais negros em diversos pontos do território nacional. No Rio de Janeiro, o pioneiro foi o Renascença Clube, fundado em fevereiro de 1951 (SILVA, 2000).

Excluído: a

Excluído: líder

Excluído: ança de

Excluído: estava presente em pelo menos

Excluído: do país.

Excluído: constituída a partir do direito ao lazer e ao espaço associativo tornou possível à

Continuando nesta efervescência, na década seguinte foram realizadas, sob os auspícios do TEN, duas Convenções Nacionais do Negro. Ambas encaminharam à constituinte, através do então senador Hamilton Nogueira, uma "proposta de inserir a discriminação racial como crime de lesa-pátria" (HUNTLEY e GUIMARÃES, 2000). Prosseguindo na sua intensa lide organizativa, com eventos marcantes para a atividade política e cultural do negro brasileiro, sob direção do TEN estavam a Conferência Nacional do Negro Brasileiro, o Primeiro Congresso do Negro Brasileiro e foi constituído o Conselho Nacional de Mulheres Negras.

Excluído: também

Excluído: a batuta

Ao Sul, em Santa Catarina, tentou-se a criação de uma sucursal do TEN. Lá se solidificou a UHC. Porto Alegre registrava, nesse mesmo período, o Centro Literário de Estudos Afro-Brasileiros e os clubes Satélite Prontidão e – desde o século anterior – o Clube Floresta Aurora. Salvador viu nascer, em 1946, a Campanha Pi Racial, cujo objetivo era: [...] extinguir, anular, abolir o complexo de inferioridade (dos mais escuros); desmoralizar, esclarecer e purificar um falso complexo de superioridade (dos mais claros) para que, por processo educacional justo e perfeito, não haja mais no Brasil, um negro ou branco, mas simplesmente, brasileiro. (AZEVEDO, 1952). Já, também havia a UHC estabelecida com diretoria composta por dez membros. Em Belo Horizonte atuavam, entre outros, a Turma Auri-Verde e o Grêmio Literário Cruz e Souza (NASCIMENTO, 1999) e a Associação José do Patrocínio fundada pelo tenente coronel da Polícia Militar, Antonio Carlos.

Excluído: ensaiou

Excluído: foi estabelecida e se solidificou

Estes movimentos demonstram a grande movimentação no Brasil em torno da denúncia e desmantelamento do racismo e da discriminação racial, ao lado da amplitude – em termos geográficos – das iniciativas coletivas, organizadas pelos negros. Neste sentido, o documento final do I Congresso do Negro Brasileiro (São Paulo) em 1950 apontava para criação de uma Confederação Nacional de Entidades Negras (PINTO, 1952). Todo este cenário de redes, articulações e discussões em torno das relações entre negros e brancos no país, pulsantes a partir dos anos 40, pode ser percebido através dos periódicos negros. Havia uma constante tensão entre a denúncia do racismo, a discriminação racial, a exclusão em que foram colocados os negros e a reiterada afirmação da especificidade racial do Brasil no que tangia a miscigenação cultural e racial garantidoras de paz entre negros e branco. As declarações de diversos líderes negros eram entrecortadas por linhas que procuravam deixar claro: a ausência de práticas racistas por parte delas.

Excluído: Também I

Excluído: . Esta última

Excluído: .

Excluído: Não é o objetivo esgotar aqui a citação de todos as organizações negras daquele período. Nosso intento é apenas dar

Excluído: uma idéia d

A razão deste cuidado poderia ser justificada, já que, à primeira vista, seriam estes líderes os inauguradores de uma reflexão e uma práxis desnecessária e perigosa para os destinos da nação. Os diversos documentos e estatutos diziam estarem abertos a "negros, brancos e pardos", ressaltando o espírito "humano, democrático e universalista" das organizações negras que procuravam evitar represálias diante de suas demandas reivindicativas em favor dos negros nacionais.

Excluído: "A União é política aceitando em seu seio homens de todos os credos políticos e religiosos. E também os homens de todas as cores, inclusive brancos que estejam ligados aos morenos pelo sangue e que tenham sincera simpatia pela causa." (ALVES, Quilombo, Ano I, nº 1, p. 3, dezembro de 1948).¶

Excluído: Referimo-nos ao fato de que no Brasil se construiu uma retórica de não discriminação e de ausência de racismo, que não são verdadeiras, porém tradicional.

5. Partidos e a Frente Negra Brasileira.

A resistência negra também se fez presente na organização de suas entidades: como a Frente Negra Brasileira nos anos 20/30 (colocada na ilegalidade em 1937 por Getúlio Vargas); o Movimento Negro Unificado organizado em 1978; a emergência do Movimento de Mulheres Negras que, em 1995, interferiram nos fóruns nacionais e internacionais que preparavam a Conferência Beijing 95 no sentido de incluir a questão racial na pauta das discussões feministas. Os negros resistiram ainda através da formação de associações comunitárias negras, do candomblé, das escolas de samba, da imprensa negra, da participação em movimentos e partidos políticos.

As diversas formas de resistência convergiram para que os negros se impusessem enquanto sujeitos políticos potenciais. A conquista da cidadania é de fundamental importância para o combate a todas as formas de racismo e a construção de uma sociedade realmente democrática e a política racial, através da ação direta da população negra, tem sido o caminho mais fecundo para a defesa de brasileiros que, em sua maioria, é mantida à margem da política institucional. Os negros aprenderam que só assim é que conquistariam seu espaço, inclusive nas instituições do Estado (incluindo-se aí os partidos políticos). Em outras palavras, a participação política dos negros é necessariamente diferenciada.

A história do negro brasileiro é de uma resistência permanente à escravidão. Não foram apenas os conhecidos quilombos - que se espalharam aos milhares de norte a sul do país, inclusive durante o século XIX - que expressaram esta resistência. Além das diversas formas de resistência individual ou puramente local à brutalidade do regime escravagista, os cativos e os negros libertos adquiriram tal poder de organização e consciência política que foram capazes de realizar uma série de insurreições na Bahia que colocaram em evidência a completa exaustão do Estado escravocrata. Estas derrotadas e ferozmente punidas, revelaram, no entanto, a inviabilidade da continuação do regime de escravidão através do fato mais fundamental determinante de toda verdadeira revolução social: a rebelião das forças produtivas contra o gessamento das formas sociais e jurídicas de produção.

A relevância do trabalho dos Constituintes Negros na Assembléia Nacional de 1987, que construiu o Texto em vigor, denominado “Constituição Cidadã”, revela nitidamente a importância dos parlamentares afro-brasileiros e das estratégias políticas que aprofundaram o debate acerca das problemáticas de raízes históricas na política brasileira. Parlamentares que integraram a Constituinte de 87, a saber: Carlos Alberto de Oliveira – Cão, Benedita da Silva – Bené, Eraldo Trindade, Milton Barbosa, Antonio de Jesus, Mansueto de Lavor, Paulo Marques, Paulo Paim e Edmilson Valentim. Verifica-se que numa Assembléia Nacional Constituinte de composição tão numerosa independente do campo ideológico dos parlamentares acima mencionados, o número de parlamentares afro-brasileiros foi bastante insignificante para o universo populacional brasileiro.

Em todos os setores da vida pública a presença dos afro-brasileiros, ainda que sub-representados tem tornado nossa sociedade num espaço para diversidade. A discussão sobre as políticas de ação afirmativa se identifica como formas de justiça distributiva no sentido de equalização de disparidades e justiça compensatória como reparação ética das injustiças históricas. E toda legislação anti-discriminatória existente no debate político sobre as desigualdades raciais foram construídas pelas lideranças afro-brasileiras tanto no parlamento quanto no movimento social organizado. A normatividade internacional sobre direitos humanos tem sido enriquecida pelo desempenho da comunidade afro-brasileira.

Ainda que possa parecer que as conquistas são viagens redondas, “nem tudo que se enfrenta pode ser modificado. Mas nada pode ser modificado até que seja enfrentado”(JAMES BALDWIN) ou “somente conhecendo a realidade podemos mudá-la”

Formatados: Marcadores e numeração

Excluído: Lutam pelo reconhecimento público da questão racial. Sabem que a assimilação do diferencial de raça enquanto elemento constitutivo da reprodução da desigualdade e do acesso aos chamados direitos de

Excluído:

Excluído: a

Excluído: ¶
A

Excluído: Quando se é negro não basta, por exemplo, lutar pela cidadania participando de um partido político de esquerda. É preciso definir a qualidade desta cidadania e, simultaneamente, organizar-se enquanto setor diferenciado no interior deste partido. E isso ocorre porque a luta contra o racismo ainda não foi suficientemente abraçada por todos aqueles que, independente da cor, acreditam e lutam por uma sociedade plenamente democrática e justa.¶

Excluído: como a insurreições dos escravos muçulmanos em meados do século XIX.

Excluído: insurreições

Excluído: Constituinte

Excluído: Alguns desses se destacaram na vida política nacional ocupando cargos no Executivo dos seus estados, renovaram o seu mandato e se mantiveram no Legislativo e aqueles que desempenharam funções no ¶
E

Excluído: Nos Estados Unidos e no Brasil a democracia não foi dada, foi construída. Tanto aqui quanto lá este valor democrático é tributado a comunidade afro-descendente. ¶

Excluído: ¶

Excluído: T

Excluído:

(BERTHOLD BRECHT). Embora em espaços e tempo diferentes a visão do poeta afro-americano e a do dramaturgo alemão, convergem na mesma direção, o mundo só é diferente quando tentamos torná-lo diferente.

6. A Manutenção das desigualdades Sociais e Econômicas

Formatados: Marcadores e numeração

“a questão política fundamental é de reivindicar o mesmo direito que têm os outros de tornarem-se aquilo que se quer ser, e não assumir alguma identidade pré-moldada que é simplesmente reprimida”(FRANZT FANON, 1983). O "dilema racial" consistia no fato de a abolição da escravatura ter ocorrido de forma a não assegurar aos negros livres uma verdadeira integração na sociedade dos brancos. Excluídos do mercado de trabalho e sem uma formação profissional e experiência no mercado de trabalho livre e competitivo, os antigos escravos ficariam à margem dos processos de inclusão e modernização em marcha, dos quais somente os imigrantes passariam a se beneficiar. Em a integração do negro na sociedade de classes FERNANDES (1966), acima citado, expõe como, para o homem negro, entravam em ação mecanismos de exclusão que Gunnar Myrdal, o economista sueco, chamou de "processos de causação circular cumulativa". A falta de formação profissional reduzia as chances de trabalho do negro, descendente dos escravos. Sem trabalho digno e remuneração adequada, ele foi jogado em um processo de anomia (desorganização e desintegração social e psíquica, nos termos de Durkheim), o que por sua vez dificultou o seu acesso aos mecanismos de ascensão como a formação escolar, o voto democrático, a realização pelo trabalho.

Excluído: ¶

O "dilema educacional" também expressa – nas reflexões de FLORESTAN (1966) dessa primeira fase – uma ambigüidade do sistema societário brasileiro que oficialmente se diz democrático e postula a educação como sendo um mecanismo de ascensão e inclusão social, mas que, de fato, mostra-se seletivo e pouco atraente para os já desprivilegiados (negros, pobres, mulheres e outras minorias). E esses explicariam porque na sociedade brasileira da primeira metade do século XX, aparentemente não há discriminação racial. Existe uma sobreposição de classe e raça, em que as diferenças e injustiças sócio-econômicas encobrem o conflito racial. Os pobres são em sua maioria, negros ou mestiços. A pobreza encobre a raça. Nas escolas e universidades, os negros e mestiços estão sub-representados, reservando-se a maior parte das vagas para os brancos, a desigualdade no acesso ao sistema de formação universitária pública e privada, é a que mais se fez sentir nos últimos tempos. Um vestibular que exige uma formação média de alta qualidade e que não é fornecida pelo sistema público de ensino, ao invés de beneficiar os que não poderiam pagar por sua educação, trouxe conseqüências danosas, entre elas a de criar um conceito falso de incapacidade intelectual dos menos favorecidos economicamente. Apesar da enorme variedade de situações de econômicas existente no país, que criava possibilidades diferenciadas para a "integração", o fundamental é que a grande massa de ex-escravos manteve-se como mantém-se até hoje como proletariado urbano e rural, em um baixíssimo nível de vida, em uma situação de superexploração que é uma das características do capitalismo atrasado e que nunca se modificou em função das políticas econômicas adotadas pelo Brasil, da proclamação da República, da Revolução de 30, etc., estas passaram ao longe de questões fundamentais que caracterizam o atraso no país e fez com que uma boa parte do contingente negro não fosse assimilada pela indústria nascente, refletindo o esforço da classe dominante para deliberadamente marginalizar os ex-escravos lançando-os no nível mais baixo da estrutura social.

Excluído: e a libertação dos escravos não significou senão uma mudança de forma na exploração e viram-se forçados a vender sua força de trabalho cujo valor necessariamente tinha que estar pré-determinado pelo nível de vida anterior predominante no sistema escravista.

Excluído: (florescimento da agricultura do café no sul, decadência da cultura de açúcar no nordeste etc.),

E como diz o representante da ONU em seu relatório “viajar pelo Brasil é como mover-se entre dois planetas: um das ruas com cores vivas e raças misturadas e outro dos corredores brancos dos poderes político, social, econômico e da mídia”, afirmou o autor do relatório, o senegalês Doudou Diène, que esteve no Brasil em outubro de 2005 para

investigação o racismo. Para ele, é chocante a presença ainda tímida de negros em cargos administrativos. Nos bancos, por exemplo, apenas 10,8% dos funcionários são negros.

"Há coisas muito graves ocorrendo no Brasil", afirmou o especialista ao Estado. O documento será apresentado aos demais países membros da ONU. O relator identifica o racismo como uma consequência e um legado do período da escravidão. "Afeta profundamente a estrutura da sociedade brasileira", afirma o documento. Diène acredita que uma mudança de mentalidade ainda será difícil, principalmente por causa da ideologia da democracia racial ou do fato de muitos acreditarem que as discriminações no Brasil são apenas econômicas. "Democracia racial é a máscara ideológica da elite brasileira para não dizer que há racismo", critica o relator. Segundo ele, enquanto persistir a idéia de que a discriminação é só econômica, a implementação de leis de combate ficará difícil.

"A discriminação, exploração e marginalização continuam hoje", afirma o especialista. Doudou Diène lembra que 47% dos negros vivem abaixo da linha da pobreza, contra uma taxa de 22% entre os brancos. Toda a sociedade está organizada a partir de uma perspectiva racista: os negros são excluídos de todos os setores da sociedade e confinados aos trabalhos pesados, desqualificados e sem perspectivas, com baixos salários e seus direitos básicos, incluindo à vida, sendo violados", alerta o relatório. É um dos pontos que mais chamou a atenção do enviado da ONU foi à violência contra os negros. Diène escreve que 631 negros foram assassinados em Salvador nos oito primeiros meses de 2005, um aumento de 19% em relação a 2004. "Uma política de extermínio ainda existe. Os negros não se sentem protegidos pelas autoridades públicas e são confundidos com traficantes de drogas e criminosos." A impunidade estaria no centro da preocupação da entidade." Os jovens estão nas mãos de traficantes e a polícia não os protege. Ao contrário, os mata. Os negros são criminalizados", aponta o relatório. A pobreza da população negra também seria outra prova do racismo. Segundo o documento, mais da metade dessa parcela da população vive abaixo da linha da pobreza, sem saúde e com um nível de analfabetismo "inaceitavelmente alto".

As mulheres negras vivem uma situação ainda mais delicada: ganham 40% dos salários pagos a um homem branco. Um quinto delas é trabalhadora doméstica, das quais 17% nem sequer recebem pelo trabalho. Para Diène, há ainda "uma apropriação indevida da cultura", com a manipulação das manifestações artísticas para objetivos comerciais, como o carnaval, que "virou um espetáculo para brancos".

A trajetória de luta dos afro-brasileiros está incorporada à construção da educação para cultura de paz que não admite quaisquer formas de intolerância. A Conferência de Durban, tanto na Declaração quanto no Programa de Ação insta os Estados a promoverem mecanismos jurídicos e políticos na promoção da igualdade e no combate a todas as formas de intolerância. Nesse sentido tal qual dispõe a Declaração acerca da Igualdade" (UNESCO) "o desafio da pós-modernidade é educar para a tolerância" (ABREU, 1999).

Excluído: Descaminhos

A intolerância é o fator da pouca representatividade dos negros brasileiros na política e sobre o domínio esmagador da representação de brancos. Contudo, e apesar de tudo Abdias do Nascimento tornou-se o primeiro deputado federal (e mais tarde senador) negro, inclusive exercendo a função de Secretário Estado do Rio de Janeiro (Secretaria de Defesa e Promoção das Populações Afro-brasileiras – SEAFRO – e Secretário de Direitos Humanos.

O conjunto de parlamentares afro-brasileiros fez uma defesa consistente e explícita da comunidade dentro do Congresso Nacional; Benedita da Silva a primeira mulher negra com mandato de deputada federal, senadora e Governadora do Estado do Rio de Janeiro; o Deputado Federal e Constituinte de 1987 Carlos Alberto de Oliveira- CAÓ autor da primeira lei anti-discriminatória e o deputado Paulo Paim, autor da emenda aditiva ao Código Penal Brasileiro, instituindo o racismo como injúria qualificada propôs ainda uma legislação que

reivindicava a reparação para os descendentes de escravos, hoje se encontra em tramitação no Congresso Nacional o Estatuto da Igualdade de autoria do mesmo Senador. Encontra-se em tramitação no Congresso Nacional Emenda Constitucional que versa sobre expropriação de terras destinadas a exploração do trabalho escravo.

O tombamento dos sítios remanescentes de quilombos e a titulação de terras aos seus descendentes resultam do trabalho das organizações do movimento negro para o reconhecimento da importância e da memória brasileira. O mais emblemático e conhecido quilombo foi o de Palmares em Alagoas na Serra da Barriga. Outros tantos existiram não só no Brasil mas em quase todos os lugares onde a organização de resistência à opressão colonialista foi um traço marcante na história desses países.

Excluído: a

No plano do Executivo tivemos Celso Pitta o primeiro prefeito negro da Cidade de São Paulo, a maior cidade brasileira e uma das mais populosas do mundo; e políticos afro-brasileiros Alceu Collares, João Alves e Albuíno Azeredo que exerceram mandatos como governadores. Através dessas vitórias eleitorais, atividades políticas ou apoio a políticas públicas com conteúdo racial específico, esses políticos negros de presença nacional têm acentuado desde então a questão da representação racial.

Excluído: ¶

A ex-procuradora-geral do Estado de Minas Carmem Lúcia Antunes Rocha, assume seu lugar de ministra do STF (Supremo Tribunal Federal) no dia 21, informou a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil). Ela será a segunda mulher a se tornar ministra na história do STF e também foi nomeado em 2003, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva o primeiro ministro negro, depois de mais de um século de história da Suprema Corte Brasileira, Joaquim Benedito Barbosa. A ministra Eliana Calmon do Superior Tribunal de Justiça (STJ)- que nesta quinta-feira, 9, será homenageada pela OAB/DF pelo título de "jurista mais competente do Brasil" apontado pela revista Forbes. Hoje apesar da política de continuidade das desigualdades sociais e econômicas, as minorias já possuem alguma representatividade, e as experiências das políticas de ação afirmativa, acreditamos serem capazes de alterarem o quadro injusto das disparidades étnico-raciais.

Excluído: s

7. CONCLUSÃO

Formatados: Marcadores e numeração

Analisando os argumentos citados, conclui-se que história da abolição segue o mesmo roteiro de inúmeros outros acontecimentos históricos deste país, onde as elites explorando o precário nível de consciência e organização das massas populares e a debilidade democrática que afetou sensivelmente a idéia de cidadania, que ora é assistida ora tutelada mas ainda não emancipatória. É a expressão nacional da chamada "via prussiana". E com isso o caminho a ser percorrido é longo e difícil para as minorias, principalmente para os afro-brasileiros ao contrário do que é dito e ensinado na história do Brasil. Conclui-se também que o racismo afeta a estrutura da sociedade brasileira e é de cunho cultural e não declarado como em outros países, o *apartheid* brasileiro é velado e praticado até os dias de hoje, disfarçado de diversas formas, o que torna difícil uma percepção real da discriminação racial equivocadamente entendida como de caráter econômico. Apesar dessa discriminação racial, alguns negros, vêm se destacando no cenário cultural e político mostrando ao mundo o seu valor.

E para que os afro-descendentes possam continuar galgando o espaço social a que faz jus pelas muitas contribuições que deram ao Estado brasileiro, sugerimos que políticas de ação afirmativa sejam implementadas pelo poder público com a participação ativa do movimento negro. Importante para tanto que seja ostentada a bandeira da igualdade e da justiça social para que aconteça uma metanóia na ideologia da democracia racial, máscara ideológica da elite brasileira para não dizer que há racismo. Sugerimos ainda que implantações de leis de combate a toda e qualquer forma de discriminação sejam rapidamente introduzidas na ordem jurídica brasileira, tendo em vista que a maioria dos discriminados vive

abaixo da linha da pobreza e toda a sociedade está organizada a partir de uma perspectiva racista. E sugerimos por fim que as 35 metas traçadas pela ONU para o Brasil Racista sejam apreciadas por nossos representantes e implementadas para que o nosso país possa se destacar economicamente, alcance uma imagem de justiça social e uma política realmente democrata, onde todos os segmentos sociais tenham sua representatividade, transformando o Brasil em um país do aqui e agora, competitivo, engajado num mundo em que as diferenças de caráter discriminatório venham a ser superadas. Uma nação globalizada em si mesma e também com o mundo.

Excluído: iall

Formatados: Marcadores e numeração

1. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS

ABREU, Sergio. Os descaminhos da tolerância, O afro-brasileiro e o princípio da igualdade e da Isonomia no Direito Constitucional. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris. 1999.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Deputados brasileiros: repertório biográfico 1984-1995. Brasília: Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação, Coordenação de Publicações. 1995.

CARDOSO, E.L. Por uma política nacional de combate ao racismo e à desigualdade racial: marcha Zumbi contra o racismo, pela cidadania e a vida. Brasília: Cultural 1996.

CHIAVENATO, J.J. O Negro no Brasil, da Senzala a Guerra do Paraguai. 2ª ed. São Paulo; Brasiliense, 1980. 259 p.

FERNANDES, F. Integração do negro na sociedade de classes. São Paulo: Atica. 1978.

FLEISCHER, D. Da distensão à abertura: as eleições de 1982. Brasília: Editora da Universidade de Brasília. 1990.

FOLHA DE SÃO PAULO. Olho no congresso. Suplemento especial de 14 de janeiro de 1996.

GOMES, F. Negros e Política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005. Coleção Descobrimos o Brasil.

PAIM, P. Em defesa da cidadania dos afro-brasileiros. Brasília: Centro de Documentação e Informação, Coordenação de Publicações, Câmara dos Deputados. 1997.

PATROCÍNIO, J. Campanha Abolicionista. Coletânea de Artigos/José do Patrocínio; introdução: José Murilo de Carvalho; notas: Marcus Venício T. Ribeiro – Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Dep. Nacional do Livro, 1996. 283 p.

PRANDI, R. “Raça e voto na eleição de 1994”, Estudos Afro-asiáticos n. 30, p. 61-78. 1996.

REIS, J.J. Rebelião Escrava no Brasil. 2ª ed. São Paulo; Brasiliense, 1987. 293 p.

TOLEDO, R.P. O álbum dos presidentes: a história vista pelo JB. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil. 1989.

VALENTE, A.L.E. F. (1986) Política e relações raciais: negros e as eleições paulistas de 1982. São Paulo: FFLCH / Universidade de São Paulo.

Excluído: ¶

Excluído: DSON

Excluído: OPES.

Excluído: ¶

Excluído: ÚLIO

Excluído: OSÉ.

Excluído: ¶

Excluído: LORESTAN.

Excluído: ¶

Excluído: AVID.

Excluído: ¶

Excluído: ¶

Excluído: LAVIO.

Excluído: ¶

Excluído: AULO

Excluído: ¶

Excluído: OSÉ

Excluído: ¶

Excluído: EGINALDO

Excluído: ¶

Excluído: OÃO

Excluído: OSÉ

Excluído: ¶

Excluído: ¶

Excluído: OBERTO

Excluído: OMPEU DE

Excluído: ¶

Excluído: na

Excluído: úcia